

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	42
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	125.040
Preferenciais	0
Total	125.040
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	237.983	224.356
1.01	Ativo Circulante	117.485	128.189
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.899	15.200
1.01.03	Contas a Receber	109.846	105.936
1.01.03.01	Clientes	21.887	20.672
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	87.959	85.264
1.01.06	Tributos a Recuperar	45	1.698
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	45	1.698
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.690	618
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.005	4.737
1.01.08.03	Outros	4.005	4.737
1.02	Ativo Não Circulante	120.498	96.167
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	120.498	86.287
1.02.01.07	Tributos Diferidos	5.470	24.576
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.470	24.576
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	112.361	60.159
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	112.361	60.159
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.667	1.552
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.609	1.552
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	418	0
1.02.01.10.05	Despesas Antecipadas	640	0
1.02.03	Imobilizado	0	109
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	109
1.02.04	Intangível	0	9.771
1.02.04.01	Intangíveis	0	9.771
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	0	9.771

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	237.983	224.356
2.01	Passivo Circulante	44.085	66.381
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.560	4.364
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.560	4.364
2.01.02	Fornecedores	13.378	5.567
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.378	5.567
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.562	4.465
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.731	2.726
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.731	2.726
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.831	1.739
2.01.05	Outras Obrigações	12.520	11.548
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.148	2.729
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.148	2.729
2.01.05.02	Outros	9.372	8.819
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	418	418
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	2.787	920
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais	5.696	6.986
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	471	495
2.01.06	Provisões	11.065	40.437
2.01.06.02	Outras Provisões	11.065	40.437
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	10.738	36.708
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	327	3.729
2.02	Passivo Não Circulante	3.903	5.117
2.02.04	Provisões	3.903	5.117
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.903	5.117
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.486	3.097
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	715	1.318
2.02.04.01.05	Provisões Regulatório	702	702
2.03	Patrimônio Líquido	189.995	152.858
2.03.01	Capital Social Realizado	127.655	127.655
2.03.02	Reservas de Capital	330	330
2.03.04	Reservas de Lucros	62.010	24.873
2.03.04.01	Reserva Legal	23.620	23.620
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	37.137	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.253	1.253

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	96.048	195.451	94.893	188.517
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-39.398	-71.546	-102.839	-167.433
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-31.546	-49.499	-90.484	-146.601
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-7.852	-22.047	-12.355	-20.832
3.03	Resultado Bruto	56.650	123.905	-7.946	21.084
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.737	-8.512	-7.446	-15.766
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.741	-8.557	-8.315	-16.800
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.634	-7.269	-7.598	-15.580
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-107	-1.288	-717	-1.220
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4	45	869	1.034
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	52.913	115.393	-15.392	5.318
3.06	Resultado Financeiro	3.332	6.909	185	1.089
3.06.01	Receitas Financeiras	4.003	7.215	2.058	5.809
3.06.02	Despesas Financeiras	-671	-306	-1.873	-4.720
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	56.245	122.302	-15.207	6.407
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19.109	-41.565	5.074	-2.281
3.08.01	Corrente	-9.726	-22.459	756	750
3.08.02	Diferido	-9.383	-19.106	4.318	-3.031
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	37.136	80.737	-10.133	4.126
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	37.136	80.737	-10.133	4.126
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,297	0,6457	-0,081	0,033
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,297	0,6457	-0,081	0,033

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	37.136	80.737	-10.133	4.126
4.03	Resultado Abrangente do Período	37.136	80.737	-10.133	4.126

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 30/06/2019	Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	119.311	119.723
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	121.627	134.265
6.01.01.01	Lucro Líquido	80.737	4.126
6.01.01.02	Baixa de Ativo Permanente	0	121
6.01.01.03	Imposto de renda e Contribuição social Diferidos	19.106	3.031
6.01.01.05	Constituição (reversão) das provisões para riscos cíveis e trabalhistas	393	3.036
6.01.01.07	Provisão para Manutenção em Rodovias	-2.250	30.568
6.01.01.08	Resultado Financeiro com Ajuste a Valor Presente	882	1.000
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	28.557	94.915
6.01.01.10	Juros e variações monetárias sobre mútuos	-5.798	-5.376
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	0	2.690
6.01.01.14	Variação monetária e juros sobre credores concessão	0	154
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.316	-14.542
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.215	-362
6.01.02.02	Outros Créditos	732	-6.976
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-1.711	260
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	1.747	-575
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-57	-117
6.01.02.07	Fornecedores	5.567	2.304
6.01.02.08	Fornecedores-Partes Relacionadas	-1.552	2.072
6.01.02.09	Obrigações Sociais	-804	-127
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	16.054	-3.785
6.01.02.11	Cauções Contratuais	33	103
6.01.02.12	Credores pela Concessão	-24	-29
6.01.02.13	Outros	1.867	-3.348
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-21.346	-1.486
6.01.02.15	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-1.607	-1.748
6.01.02.17	Contas a Receber Partes Relacionadas	0	-728
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-39.012	-74.230
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado	-31	-10
6.02.02	Adições ao Intangível	-38.981	-74.220
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-93.600	-54.571
6.03.02	Pagamentos Principal (empréstimos, financiamentos e debêntures)	0	-50.000
6.03.03	Pagamentos Juros (empréstimos, financiamentos e debêntures)	0	-2.896
6.03.04	Pagamentos Credores pela Concessão	0	-4.593
6.03.05	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	0	-11.443
6.03.06	Pagamento de Dividendos	-43.600	-74.639
6.03.07	Empréstimos de mútuo a partes relacionadas	-50.000	0
6.03.08	Mútuo (principal)	0	71.320
6.03.09	Juros sobre Mútuo	0	17.680
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13.301	-9.078
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15.200	20.079

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.899	11.001

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	127.655	330	24.873	0	0	152.858
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	127.655	330	24.873	0	0	152.858
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	80.737	0	80.737
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	37.137	-80.737	0	-43.600
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	37.137	-37.137	0	0
5.06.04	Distribuição de Dividendos	0	0	0	-43.600	0	-43.600
5.07	Saldos Finais	127.655	330	62.010	0	0	189.995

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	89.608	0	0	207.593
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	89.608	0	0	207.593
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-66.077	-14.259	0	-80.336
5.04.06	Dividendos	0	0	-66.077	-14.259	0	-80.336
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.126	0	4.126
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.126	0	4.126
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	117.655	330	23.531	-10.133	0	131.383

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 30/06/2019	Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	211.439	205.568
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	188.614	182.390
7.01.02	Outras Receitas	779	2.346
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	22.046	20.832
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-39.707	-74.508
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.630	-39.761
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.842	-5.624
7.02.04	Outros	-27.235	-29.123
7.02.04.01	Custo da Concessão	-3.633	-3.598
7.02.04.02	Custo de Construção	-22.047	-20.832
7.02.04.03	Outros	-1.555	-4.693
7.03	Valor Adicionado Bruto	171.732	131.060
7.04	Retenções	-28.557	-94.915
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.557	-94.915
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	143.175	36.145
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.215	5.809
7.06.02	Receitas Financeiras	7.215	5.809
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	150.390	41.954
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	150.390	41.954
7.08.01	Pessoal	11.529	13.316
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.999	10.703
7.08.01.02	Benefícios	1.574	1.848
7.08.01.03	F.G.T.S.	956	765
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	56.607	18.718
7.08.02.01	Federais	47.177	9.515
7.08.02.02	Estaduais	4	4
7.08.02.03	Municipais	9.426	9.199
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.517	5.794
7.08.03.01	Juros	0	2.690
7.08.03.02	Aluguéis	272	1.435
7.08.03.03	Outras	1.245	1.669
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	80.737	4.126
7.08.04.02	Dividendos	0	14.259
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	80.737	-10.133

Comentário do Desempenho



Ribeirão Preto, 13 de agosto de 2019 - A Autovias S.A., empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2019, período encerrado em 30 de junho de 2019. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 2T19 foi de 11,1 milhões de veículos equivalentes, apresentando um acréscimo de 3,1% quando comparado ao 1T19, devido ao início da safra em abril/2019, além do feriado prolongado em junho/2019. Quando comparado ao 2T18 representa um aumento de 3,9%, pois em maio de 2018, houve a greve dos caminhoneiros, o que gerou paralisação nas rodovias do país, naquele período.

Receita Operacional Bruta:

A Companhia obteve uma receita bruta total no 2T19 de R\$104,3 milhões, apresentando um aumento de 1,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, e redução de 2,5% se comparado ao 1T19, sendo os principais motivos:

- Receita de pedágio: houve aumento de 6,9% em relação ao 2T18, pois em 2018 houve a greve dos caminhoneiros em maio e, em julho houve o reajuste pelo IPCA de 2,86% das tarifas de pedágio. Em relação ao 1T19, houve um aumento de 3,5%, pois em junho houve feriado prolongado, além do início da safra de cana-de-açúcar na região no mês de abril, o que aumentou o fluxo de caminhões. A receita do 1S19 apresentou um aumento de 3,4% em relação ao 1S18, passando de R\$ 182,4 milhões para R\$ 188,6 milhões.
- Receitas acessórias: houve redução de 17,0% em relação ao 2T18 devido ao encerramento de alguns contratos de receitas acessórias, com o fim do período de concessão. Em relação ao 1T19, houve um aumento de R\$ 0,4 milhão, pois no início de 2019, havia alguns contratos aguardando aditivos, que foram liberados no 2T19, que consta valores do 1T19 e 2T19. A receita do 1S19 apresentou uma redução de 43,6% em relação ao 1S18, passando de R\$ 1,3 milhões para R\$0,7 milhão.

Comentário do Desempenho



- Receita de obras: houve redução de 36,4% em relação ao 2T18 e de 44,7% em relação ao 1T19, devido ao encerramento das obras de manutenção de pavimentação para a entrega da concessão em 2019, com destaque para a recuperação estrutural da Serra de Santa Rita, na SP330, do km244 ao km248 Norte. Os mesmos valores apresentados como receitas de obras são apresentados como custo de construção e não geram efeitos no resultado. No acumulado do ano, as receitas de obras ficaram em R\$ 22,0 milhões (aumento de 5,8% em relação ao 1S18).

Custos e Despesas:

- Os custos e despesas totais no 2T19 (excluído depreciação e amortização) apresentaram um decréscimo de R\$ 33,8 milhões ou 55,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado principalmente por estornos em Provisão de Manutenção, redução nos gastos com despesas administrativas, reflexo da diminuição das despesas com contingências, honorários jurídicos e redução no rateio da Holding. No 1S19, os custos e despesas totalizaram R\$ 51,5 milhões, uma redução de 41,7% em comparação ao 1S18 que registrou R\$ 88,2 milhões.
- Em relação ao 1T19, houve um aumento de R\$ 2,0 milhões ou 8,2%, impulsionado principalmente por maiores custos com provisão de manutenção e aumento nos custos com serviços prestados, como serviços de APH e revestimento vegetal (conserva), devido ao encerramento das obras de intervenção de pavimento para a entrega da concessionária.

EBITDA e EBITDA Ajustado:

- O EBITDA apresentou aumento de R\$ 35,0 milhões, em comparação ao 2T18, em razão de um aumento de 6,9% nas receitas de pedágio, como descrito anteriormente e redução de custos com provisão de manutenção. Em relação ao 1T19, diminuiu 7,2%, refletindo maiores custos operacionais no trimestre.
- O EBITDA ajustado aumentou 11,6% quando comparado ao 2T18 e 3,7% em relação ao 1T19, justificado pelo aumento nas receitas de pedágio, impactadas pelo reajuste nas tarifas e o aumento do tráfego. No acumulado do ano, o valor registrado atingiu R\$ 141,7 milhões, aumento de 8,3% em comparação ao 1S18.

Comentário do Desempenho



Resultado Financeiro:

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido maior de R\$ 3,1 milhões em relação ao 2T18, pois houve um aumento de R\$ 1,9 milhões nas receitas financeiras, como consequência de aplicações financeiras e juros de partes relacionadas, e, também, pela diminuição de R\$ 1,2 milhões das despesas com juros de debêntures (4ª emissão) liquidadas em setembro de 2018. Em relação ao 1T19, o resultado financeiro diminuiu R\$ 0,2 milhão, sobretudo impactado pelo aumento das despesas financeiras com descontos concedidos a lindeiros e comissões de fianças.

Lucro Líquido:

- A Companhia terminou o 2T19 com lucro líquido de R\$37,1 milhões, um aumento de R\$ 47,3 milhões quando comparado ao 2T18, justificados principalmente pelo aumento da receita de pedágio, pela redução com as despesas administrativas, como menores despesas com contingências e honorários jurídicos, além dos estornos na provisão de manutenção. Em comparação ao 1T19, houve uma queda de cerca de R\$ 6,5 milhões, devido ao aumento nos custos e despesas e depreciações/amortizações. No acumulado do ano, o lucro registrado foi de R\$ 80,7 milhões, contra um lucro de R\$ 4,1 milhões no 1S18.

Investimentos:

- Em 2019 a Companhia investiu R\$ 25,5 milhões em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$ 13,5 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram cumpridas as obras de recuperação de pavimento de toda malha concessionada, revitalização da sinalização vertical (placas) e horizontal (pintura de solo), implantação e adequação de elementos de segurança e recuperação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e passarelas). O destaque foi a recuperação estrutural da Serra de Santa Rita, na SP330, do km244 ao km248 Norte para a entrega da concessão.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	2T19	1T19	2T18	Var% 2T19/1T19	Var% 2T19/2T18	1S19	1S18	Var% 1S19/1S18
Autovias	11.148	10.814	10.733	3,1%	3,9%	21.963	21.846	0,5%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	2T19	1T19	2T18	Var% 2T19/1T19	Var% 2T19/2T18	1S19	1S18	Var% 1S19/1S18
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	104.342	107.052	102.798	-2,5%	1,5%	211.394	204.521	3,4%
Receitas de pedágio	95.945	92.669	89.786	3,5%	6,9%	188.614	182.390	3,4%
Receitas de obras	7.852	14.195	12.355	-44,7%	-36,4%	22.047	20.832	5,8%
Receitas acessórias	545	188	657	189,9%	-17,0%	733	1.299	-43,6%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.294)	(7.649)	(7.905)	8,4%	4,9%	(15.943)	(16.004)	-0,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	96.048	99.403	94.893	-3,4%	1,2%	195.451	188.517	3,7%
CUSTOS E DESPESAS	(26.760)	(24.741)	(60.577)	8,2%	-55,8%	(51.501)	(88.284)	-41,7%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(12.391)	(10.968)	(10.685)	13,0%	16,0%	(23.359)	(21.545)	8,4%
Custo dos serv. de construção	(7.852)	(14.195)	(12.355)	-44,7%	-36,4%	(22.047)	(20.832)	5,8%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.577)	(3.525)	(7.404)	1,5%	-51,7%	(7.102)	(15.153)	-53,1%
Remuneração da administração	(106)	(1.182)	(717)	-91,0%	-85,2%	(1.288)	(1.220)	5,6%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(2.838)	5.088	(30.285)	-155,8%	-90,6%	2.250	(30.568)	-107,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	4	41	869	-90,2%	-99,5%	45	1.034	-95,6%
EBITDA	69.288	74.662	34.316	-7,2%	101,9%	143.950	100.233	43,6%
Margem EBITDA	72,1%	75,1%	36,2%			73,7%	53,2%	
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(16.374)	(12.183)	(49.708)	34,4%	-67,1%	(28.557)	(94.915)	-69,9%
Depreciação de imobilizado	(57)	(110)	(194)	-48,2%	-70,6%	(167)	(427)	-60,9%
Amortização do intangível	(16.317)	(12.073)	(49.514)	35,2%	-67,0%	(28.390)	(94.488)	-70,0%
Amortização do direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	3.332	3.577	185	-6,8%	1701,1%	6.909	1.089	534,4%
Receitas financeiras	4.003	3.212	2.058	24,6%	94,5%	7.215	5.809	24,2%
Despesas financeiras	(671)	365	(1.873)	-283,8%	-64,2%	(306)	(4.720)	-93,5%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	56.246	66.056	(15.207)	-14,9%	-469,9%	122.302	6.407	1808,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(19.109)	(22.456)	5.074	-14,9%	-476,6%	(41.565)	(2.281)	1722,2%
Corrente	(9.726)	(12.733)	756	-23,6%	-1386,5%	(22.459)	750	-3094,5%
Diferido	(9.383)	(9.723)	4.318	-3,5%	-317,3%	(19.106)	(3.031)	530,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	37.137	43.600	(10.133)	-14,8%	-466,5%	80.737	4.126	1856,8%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	2T19	1T19	2T18	Var% 2T19/1T19	Var% 2T19/2T18	1S19	1S18	Var% 1S19/1S18
EBITDA ¹	69.288	74.662	34.316	-7,2%	101,9%	143.950	100.233	43,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	2.838	(5.088)	30.285	-155,8%	-90,6%	(2.250)	30.568	-107,4%
EBITDA Ajustado ²	72.126	69.574	64.601	3,7%	11,6%	141.700	130.801	8,3%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICP C 01.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

Informações Financeiras Trimestrais
para o Trimestre Findo em 30 de
junho de 2019 e Relatório do Auditor
Independente.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes

Notas Explicativas

AUTOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autovias S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 23 de julho de 1998, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A..

A Sociedade iniciou suas operações em 1 de setembro de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.646 de 18 de dezembro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia Antônio Machado Sant'anna SP-255 (Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-328 - Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara - entroncamento com a SP 310), SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (acesso a São Carlos e Rincão - entroncamento com a SP-255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca - entroncamento com a SP-334 e Itirapuã), SP-330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-334) e SP- 334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto - entroncamento com a Via Anhanguera e Franca), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão em 3 meses e 19 dias, sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de dezembro de 2018.

A Autovias teve reconhecido no Diário Oficial publicado em 09/10/2018, a aprovação do Termo Aditivo Modificativo Nº 20/18 assinado em 14/12/2018, indicando a modalidade por prorrogação de prazo para fins de recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. Trata-se do reequilíbrio do processo 021.631/2016 referente à alteração do índice de reajuste de tarifa de pedágio observados no período de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2017, perfazendo um total de 38 dias à contar da data de 20 de dezembro de 2018, dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 26 de janeiro de 2019.

Por meio do Termo de Retirratificação do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/2014, assinado em 24 de janeiro de 2019, devido à revisão dos cálculos de reequilíbrio econômico-financeiro tratado no TAM nº 19/2014, a atualização dos dados de fluxo de caixa marginal demonstrou que o prazo anteriormente estabelecido seria insuficiente para o reequilíbrio contratual. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 01 de abril de 2019.

Notas Explicativas

A Autovias teve reconhecido o desequilíbrio referente à alteração do índice de reajuste de tarifa de pedágio observados no período de 01 de julho de 2017 a 31 de agosto de 2018. Em 29 de março de 2019, foi assinado o Termo Aditivo Modificativo nº 21/19, que oficializa a prorrogação de prazo em um total de 22 dias a contar da data de 02 de abril de 2019. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 23 de abril de 2019.

A Autovias foi autorizada em 12 de setembro de 2014 pela ARTESP, por meio do ofício 0074/14, a executar uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249, em duas etapas, pelo valor estimado de R\$91.000. A conclusão da primeira etapa da obra foi entregue em janeiro de 2017 e a segunda etapa da obra não será mais executada pela Sociedade. O reequilíbrio do montante de R\$30.992, referente à primeira etapa da obra foi realizado por meio da metodologia de fluxo de caixa marginal, estabelecida na Resolução ARTESP 01/2013. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão na forma de prorrogação de prazo, por 68 dias, contados a partir de 24/04/2019. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 30 de junho de 2019.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 23/19 de 28 de junho de 2019, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, em função da realização da obra de implantação de via marginal entre o km 73+650m e o km 75+620m, pista norte, da SP-255 ("Obra de Via Marginal"). Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão em 03 dias. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 03 de julho de 2019.

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de agosto de 2019.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

A Sociedade estima em 30 de junho de 2019, o montante de R\$4.997 (R\$14.039 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$9.979 (R\$37.543 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 27 de fevereiro de 2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Adoção inicial do CPC 06(R2) /IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram reapresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual.
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Notas Explicativas

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42%a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacionais, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Devido ao contrato de concessão da Sociedade ter prazo de encerramento para o exercício de 2019, todos os contratos de aluguéis e arrendamentos vigentes tem prazo inferior a 12 meses. Sendo assim, não houveram impactos da aplicação o inicial do IFRS 16 nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 30 de junho de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

Notas Explicativas

	30.06.2019		31.12.2018	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	480	-	-	-
Veículos operacionais	34	-	-	-
Veículos operacionais	98	-	-	-
Computadores e periféricos	26	-	-	-
Imóveis	105	-	-	-
Outros	-	1	-	-
	<u>743</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	30.06.2019	31.12.2018
Caixa e contas bancárias	1.809	2.800
Aplicações financeiras (*)	90	12.400
Total	<u>1.899</u>	<u>15.200</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,75% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como principais características aplicações pós-fixadas em Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Certificado de depósito Bancário - CDB, de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

Notas Explicativas

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	20.165	19.289
Cupons de pedágio a receber	333	353
Cartões de pedágio a receber	247	114
Receitas acessórias a receber	1.083	914
Outras receitas a receber	<u>59</u>	<u>2</u>
Total	<u><u>21.887</u></u>	<u><u>20.672</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é como segue:

	<u>30.06.2019</u>		<u>30.06.2018</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	56.246	122.302	(15.207)	6.407
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(19.124)	(41.583)	5.170	(2.178)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	<u>15</u>	<u>18</u>	<u>(96)</u>	<u>(103)</u>
Total	<u><u>(19.109)</u></u>	<u><u>(41.565)</u></u>	<u><u>5.074</u></u>	<u><u>(2.281)</u></u>
Imposto Contabilizado	(19.109)	(41.565)	5.074	(2.281)
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(9.726)	(22.459)	756	750
Diferido	<u>(9.383)</u>	<u>(19.106)</u>	<u>4.318</u>	<u>(3.031)</u>
	<u><u>(19.109)</u></u>	<u><u>(41.565)</u></u>	<u><u>5.074</u></u>	<u><u>(2.281)</u></u>

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

Estão representados por:

Notas Explicativas

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.06.2019	31.12.2018
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	-	24.416
Provisão de participação nos lucros	649	1.531
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	3.903	5.117
Outras provisões	472	194
Provisão para manutenção de rodovias	10.738	36.708
Amortização acumulada de obras futuras	327	1.129
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	-	1.884
Pis e Cofins s/receitas	-	1.303
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	16.089	72.282
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>5.470</u>	<u>24.576</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa é de que a totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável se realize até 31 de dezembro de 2020.

8. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.159	2.665	308	511	4.643
Adições	-	15	16	-	31
Saldo em 30.06.2019	<u>1.159</u>	<u>2.680</u>	<u>324</u>	<u>511</u>	<u>4.674</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(1.158)	(2.560)	(308)	(508)	(4.534)
Depreciações	(1)	(120)	(16)	(3)	(140)
Saldo em 30.06.2019	<u>(1.159)</u>	<u>(2.680)</u>	<u>(324)</u>	<u>(511)</u>	<u>(4.674)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1	105	-	3	109
Saldo em 30.06.2019	-	-	-	-	-
Taxas de depreciação - a.a.	100%	100%	100%	100%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.175	2.526	384	501	4.586
Adições	-	3	-	7	10
Transferências/reclassificações	-	-	(80)	-	(80)
Alienações/baixas	(1)	(66)	(5)	(13)	(85)
Saldo em 30.06.2018	<u>1.174</u>	<u>2.463</u>	<u>299</u>	<u>495</u>	<u>4.431</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(1.108)	(1.815)	(165)	(467)	(3.555)
Depreciações	(36)	(303)	(70)	(18)	(427)
Alienações/baixas	13	9	-	7	29
Saldo em 30.06.2018	<u>(1.131)</u>	<u>(2.109)</u>	<u>(235)</u>	<u>(478)</u>	<u>(3.953)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	67	711	219	34	1.031
Saldo em 30.06.2018	43	354	64	17	478
Taxas de depreciação - a.a.	7%	29%	43%	6%	

9. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2018	903.842	28.254	192	4.397	936.685
Adições	18.643	-	-	3	18.646
Saldo em 30.06.2019	<u>922.485</u>	<u>28.254</u>	<u>192</u>	<u>4.400</u>	<u>955.331</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(894.095)	(28.254)	(192)	(4.373)	(926.914)
Amortizações	(28.390)	-	-	(27)	(28.417)
Saldo em 30.06.2019	<u>(922.485)</u>	<u>(28.254)</u>	<u>(192)</u>	<u>(4.400)</u>	<u>(955.331)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	9.747	-	-	24	9.771
Saldo em 30.06.2019	-	-	-	-	-
Taxas de amortização - a.a.	100%	100%	100%	100%	
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	866.880	28.254	192	4.210	899.536
Adições	20.640	-	-	192	20.832
Transferências/reclassificações	(69)	-	-	-	(69)
Alienações/baixas	(415)	-	-	(6)	(421)
Saldo em 30.06.2018	<u>887.036</u>	<u>28.254</u>	<u>192</u>	<u>4.396</u>	<u>919.878</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(693.522)	(26.896)	(181)	(3.720)	(724.319)
Amortizações	(93.681)	(554)	(6)	(247)	(94.488)
Transferências/reclassificações	149	-	-	-	149
Alienações/baixas	350	-	-	6	356
Saldo em 30.06.2018	<u>(786.704)</u>	<u>(27.450)</u>	<u>(187)</u>	<u>(3.961)</u>	<u>(818.302)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	173.358	1.358	11	490	175.217
Saldo em 30.06.2018	100.332	804	5	435	101.576
Taxas de amortização - a.a.	23%	6%	5%	21%	

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado para cada uma das concessionárias do grupo e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018, para 30 de junho de 2019 a Sociedade acompanhou e não viu necessidade um novo teste no trimestre.

Notas Explicativas

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Em 30 de junho de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	30.06.2019	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	480	-
Veículos operacionais	34	-
Veículos operacionais	98	-
Computadores e periféricos	26	-
Imóveis	105	-
Outros	-	1
	<u>743</u>	<u>1</u>

11. DEBENTURES

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.06.2019		31.12.2018	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Saldo inicial	-	-	100.416	100.416
Captações/Renovações	-	-	-	-
Juros provisionados	-	-	3.451	3.451
Imposto de renda retido sobre juros	-	-	-	-
Amortização de principal	-	-	(100.000)	(100.000)
Pagamento de juros	-	-	(3.867)	(3.867)
Transferência	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo de transação	-	-	-	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A composição das debêntures é como segue:

Sociedade	Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2019	31.12.2018
1260	4ª emissão - Série única	10.000	CDI+1,40%a.a.	set/18	-	-
					<u>-</u>	<u>-</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
4ª emissão - Série única	10.03.2017	100.000	10.000	17.03.2017	100.000
		<u>100.000</u>			<u>100.000</u>

As debêntures da 4ª emissão foram integralmente quitadas em setembro de 2018.

Notas Explicativas

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 e as transações realizadas em 30 de junho de 2019 e de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Centrovias S.A. (b)	21	97
Intervias S.A. (b)	199	-
Vianorte S.A. (b)	15	119
ViaPaulista S.A. (b)	1.229	1.247
Mútuos a receber:		
Arteris S.A. - controladora (c)	86.495	83.801
Total do ativo circulante	<u>87.959</u>	<u>85.264</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Debêntures a receber:		
Arteris S.A. - controladora (d)	112.361	60.159
Total do ativo não circulante	<u>112.361</u>	<u>60.159</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (b)	2.832	1.503
Intervias S.A. (b)	-	4
Planalto Sul S.A. (b)	13	5
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	303	1.217
Dividendos a pagar:		
Arteris S.A. - controladora	418	418
Total do passivo circulante	<u>3.566</u>	<u>3.147</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	PERÍODO					
	30.06.2019			30.06.2018		
	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	5.798	(5.244)	-	5.376	(7.372)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Centrovias S.A.	-	-	(180)	-	-	-
Intervias S.A.	-	-	(30)	-	-	-
Vianorte S.A.	-	-	(33)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(2.410)	-	-	(12.005)	-	-
ViaPaulista S.A.	-	-	(33)	-	-	-
Total	(2.410)	5.798	(5.520)	(12.005)	5.376	(7.372)

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.06.2019			30.06.2018		
	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	3.101	(2.639)	-	2.046	(3.812)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Centrovias S.A.	-	-	(169)	-	-	-
Intervias S.A.	-	-	(19)	-	-	-
Vianorte S.A.	-	-	(29)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(945)	-	-	(6.696)	-	-
ViaPaulista S.A.	-	-	(33)	-	-	-
Total	(945)	3.101	(2.889)	(6.696)	2.046	(3.812)

- (a) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", com base na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (c) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,40% a 1,80% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
01.04.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	3.841	1.377	3.841	1.215
25.06.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	40.000	24.880	40.000	22.855
03.04.2017	01.12.2019	CDI + 1,80% a.a.	14.000	2.397	14.000	1.890
			57.841	28.654	57.841	25.960

- (d) Contratos de Debêntures Privadas com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,20% ao ano com vencimentos de juros e principal, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
05.12.2018	07.12.2021	CDI + 1,20% a.a.	25.000	891	25.000	106
20.12.2018	22.12.2021	CDI + 1,20% a.a.	35.000	1.148	35.000	53
20.03.2019	21.03.2022	CDI + 1,20% a.a.	15.000	261	-	-
18.06.2019	31.03.2022	CDI + 1,20% a.a.	35.000	61	-	-
			110.000	2.361	60.000	159

Notas Explicativas

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 30 de junho de 2019 no valor de R\$106 (R\$653 em 30 de junho de 2018), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de seis meses findos de 30 de junho de 2019, a Sociedade reconheceu, respectivamente, estorno de (R\$10) devido a reestruturação da diretoria e R\$934 no semestre a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$117 e R\$354 relativo ao rateio da Holding, que totalizam R\$107 e R\$1.288 (R\$717 e R\$1.220, respectivamente, em 30 de junho de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$600. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

13. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação no Resultado - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados na rubrica "Obrigações sociais" em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são de R\$649 e R\$1.531, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

Notas Explicativas

	30.06.2019	31.12.2018
Imposto de renda	119	-
Contribuição social	119	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	29	30
Programa de integração social - PIS	204	410
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	941	2.097
Tributos federais retidos	319	189
Impostos sobre serviços - ISS	1.831	1.739
Total	3.562	4.465

15. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Circulante				
Parcela variável (a)	471	495	471	495
Total	471	495	471	495

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

As parcelas fixas foram quitadas em agosto de 2018.

O valor pago pela Sociedade no decorrer dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 ao Poder Concedente foram respectivamente de R\$2.865 de parcela variável e de R\$7.392 (R\$4.593 de parcela fixa e R\$2.799 de parcela variável).

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é conforme segue:

Notas Explicativas

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	30.06.2019
Cíveis	1.318	767	(590)	(780)	715
Trabalhistas	3.097	1.193	(977)	(827)	2.486
Regulatório	702	-	-	-	702
Total	<u>5.117</u>	<u>1.960</u>	<u>(1.567)</u>	<u>(1.607)</u>	<u>3.903</u>

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	30.06.2018
Cíveis	2.116	2.572	(955)	(1.382)	2.351
Trabalhistas	2.123	1.523	(113)	(366)	3.167
Regulatório	676	9	-	-	685
Total	<u>4.915</u>	<u>4.104</u>	<u>(1.068)</u>	<u>(1.748)</u>	<u>6.203</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e regulatórios, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$2.556 em 30 de junho de 2019 (R\$3.653 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$1.609 (R\$1.552 em 31 de dezembro de 2018), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$ 1.257 (R\$1.179 em 31 de dezembro de 2018) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	Circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	3.729	36.708
Adições/Reversões	1.003	(2.250)
Utilizações	(4.405)	(24.602)
Ajuste a valor presente	-	882
Saldo em 30.06.2019	<u>327</u>	<u>10.738</u>

	Circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	3.667	51.725
Adições/Reversões	-	30.568
Utilizações	-	(56.113)
Ajuste a valor presente	46	954
Saldo em 30.06.2018	<u>3.713</u>	<u>27.134</u>

Notas Explicativas

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2019, referente às manutenções realizadas, foram de R\$ 13.534 (R\$55.360 em 30 de junho de 2018).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 é de R\$128.514, composto por 125.040.451 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$127.655 que representa 123.911.561 ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período findo em 30 de junho de 2019, a Sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período do primeiro trimestre de 2019 no montante de R\$ 43.600, mediante a utilização dos saldos da conta de lucros acumulados a título de dividendos intermediários.

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

18. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na Demonstração do Resultado do Período é como segue:

Notas Explicativas

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	95.945	188.614	89.786	182.390
Receita de serviços de construção	7.852	22.047	12.355	20.832
Outras receitas	545	733	657	1.299
Receita bruta	104.342	211.394	102.798	204.521
ISSQN	(4.779)	(9.386)	(4.481)	(9.124)
PIS	(625)	(1.166)	(609)	(1.224)
COFINS	(2.884)	(5.384)	(2.810)	(5.649)
Outras deduções	(6)	(7)	(5)	(7)
Receita líquida	96.048	195.451	94.893	188.517

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(1.601)	(3.386)	(3.096)	(5.909)
Serviços de terceiros	(434)	(1.082)	(666)	(1.498)
Manutenção de bens e conservação	(373)	(592)	(530)	(927)
Consumo	(279)	(530)	(620)	(1.666)
Transportes	(25)	(66)	433	(70)
Seguros/Garantias	(4)	(8)	(3)	(5)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(302)	(393)	(1.476)	(3.036)
Comunicação e marketing	(126)	(206)	(247)	(490)
Indenizações à terceiros	(61)	(75)	(652)	(412)
Publicações legais	(18)	(172)	(7)	(182)
Depreciação / Amortização	(57)	(167)	(194)	(427)
Outros	(354)	(592)	(540)	(958)
Total	(3.634)	(7.269)	(7.598)	(15.580)
	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(3.602)	(6.854)	(3.169)	(6.185)
Serviços de terceiros	(2.711)	(5.468)	(2.698)	(5.363)
Conservação	(2.604)	(4.420)	(1.811)	(3.842)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(199)	(419)	(111)	(265)
Consumo	(476)	(829)	(295)	(700)
Transportes	(771)	(1.497)	(780)	(1.542)
Seguros / Garantias	(418)	(792)	(430)	(828)
Ônus variável	(1.448)	(2.841)	(1.370)	(2.770)
Provisão de manutenção em rodovias	(2.838)	2.250	(30.285)	(30.568)
Custos de serviços da construção	(7.852)	(22.047)	(12.355)	(20.832)
Depreciação / Amortização	(16.317)	(28.390)	(49.238)	(93.935)
Amortização da Outorga	-	-	(276)	(553)
Outros	(162)	(239)	(21)	(50)
Total	(39.398)	(71.546)	(102.839)	(167.433)

Notas Explicativas

20. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	3.102	5.798	2.046	5.376
Aplicações financeiras	847	1.363	12	432
Outras receitas	54	54	-	1
Total	<u>4.003</u>	<u>7.215</u>	<u>2.058</u>	<u>5.809</u>
	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	-	-	(957)	(2.690)
Atualização montária do ônus da concessão	-	-	(67)	(154)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(372)	(882)	(393)	(1.000)
Outras despesas	(299)	576	(456)	(876)
Total	<u>(671)</u>	<u>(306)</u>	<u>(1.873)</u>	<u>(4.720)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na Demonstração dos Fluxos de Caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.06.2019	30.06.2018
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	16.480	9.171
Dividendos propostos e não pagos	418	14.259
	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(36.815)	(62.559)

22. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação.

	30.06.2019		30.06.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro (Prejuízo) líquido do período	37.137	80.737	(10.133)	4.126
Número de ações durante período	<u>125.040</u>	<u>125.040</u>	<u>125.040</u>	<u>125.040</u>
Lucro (Prejuízo) por ação	<u>0,2970</u>	<u>0,6457</u>	<u>(0,0810)</u>	<u>0,0330</u>

Notas Explicativas

Não há diferença entre o lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

	Nível	30.06.2019		31.12.2018	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	1.899	-	15.200	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	21.887	-	20.672
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	200.320	-	145.423
Outros Créditos	Nível 2	-	4.026	-	4.737
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	3.148	-	2.729
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	19.074	-	12.553
Dividendos propostos	Nível 2	-	418	-	418
Credores pela concessão	Nível 2	-	471	-	495
Outras contas a pagar	Nível 2	-	2.787	-	920
		<u>1.899</u>	<u>200.335</u>	<u>15.200</u>	<u>153.717</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Notas Explicativas

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI.

24. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresenta saldo relevante de empréstimos e financiamentos.

c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2019 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$20.165 (R\$19.289 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar, Movemais e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registradas na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	2019	Total
Fornecedores e cauções contratuais	19.074	19.074
Fornecedores partes relacionadas	3.148	3.148
Credores pela concessão	471	471
Outras contas a pagar	2.787	2.787
	<u>25.480</u>	<u>25.480</u>

Modalidade	01.07 a 30.09.2019	01.10 a 31.12.2019	Total
Fornecedores e cauções contratuais	13.378	5.696	19.074
Fornecedores partes relacionadas	3.148	-	3.148
Credores pela concessão	471	-	471
Outras contas a pagar	2.787	-	2.787
	<u>19.784</u>	<u>5.696</u>	<u>25.480</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

A Sociedade contratou apólice de seguro garantia financeira com indenização de R\$100.000 referente a ação judicial movida pela Artesp, conforme estabelecido no Termo Aditivo Modificativo nº 22/2019.

Em 30 de junho de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Notas Explicativas

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 20.267
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	111.869

(*) Por sinistro.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Às 24 horas do dia 03 de julho de 2019 a Sociedade realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 10 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 03/2016. No entanto, nos próximos seis meses a Sociedade continuará com as tratativas junto à Artesp e DER para formalização do encerramento do contrato de concessão. Esse período tem por objetivo a verificação e aprovação das condições de devolução para viabilizar a assinatura dos Termos Provisórios e Definitivos de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão.

No dia 22 de julho de 2019 a Sociedade recebeu da Arteris S.A. R\$5.000 referente ao pagamento parcial dos juros acumulados sobre contrato de mútuo celebrado em 25 de junho de 2014.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Autovias S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autovias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfase

Continuidade das operações da Sociedade

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, que indica que a Sociedade deteve a concessão para exploração de suas atividades por 20 anos, cujas operações se encerraram 3 de julho de 2019. Esta situação indica que a Sociedade está em processo de dormência em função do referido assunto. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de agosto de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2019.

Ribeirão Preto, 13 de agosto de 2019.

Sérgio Moniz Barretto Garcia
Diretor Presidente

André Giavina Bianchi
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Ribeirão Preto, 13 de agosto de 2019.

Sérgio Moniz Barretto Garcia
Diretor Presidente

André Giavina Bianchi
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica